

**Nas Sombras da Libertinagem
reflexões iniciais sobre a trajetória de Francisco de
Mello Franco (1757-1822)**

Rossana Agostinho Nunes*

Coimbra, 1779. Um grupo de jovens estudantes da Universidade de Coimbra é denunciado à Inquisição. A acusação: defesa de proposições heréticas e dos filósofos ilustrados. Segundo Francisco Cândido Chaves, responsável pela denúncia, os estudantes teriam discutido, a partir da leitura de autores ilustrados, temas religiosos de forma nada ortodoxa. Às leituras de autores proibidos pela censura portuguesa e às proposições contrárias aos dogmas católicos somavam-se algumas práticas desviantes, dentre as quais, o comer carne em dias proibidos. Dos estudantes implicados no processo, um em especial merece ser destacado: Francisco de Mello Franco.¹

A participação do então estudante de medicina, natural de Minas Gerais, no processo inquisitorial de 1779 não passou ilesa. Após ter sido sentenciado herege, naturalista, dogmático e que negava o sacramento do matrimônio, foi condenado, em auto de fé de Agosto de 1781, a 4 anos de prisão em Rilhafoles, além de confiscação de bens e Sambenito.² Dos 4 anos cumpriu apenas um, sendo solto já em 1782, após o que retornou à Universidade de Coimbra, graças a uma aviso régio assinado por D. Maria I, para concluir o curso de medicina.³

O contato de Mello Franco com a repressão oficial não parou em sua passagem pela Inquisição. Ainda que de forma indireta e revestida sob a capa do segredo, a personagem prosseguiu com atividades, consideradas por muitos, subversivas. Em 1785, um ano antes de finalizar o curso de Medicina na Universidade de

Coimbra, circulou, em uma festa acadêmica, a sátira *O Reino da Estupidez*. Os manuscritos anônimos, somente publicados décadas mais tarde, causaram alarde à época ao satirizar a Universidade de Coimbra. As investigações e perseguições aos supostos autores da sátira não alcançaram o sucesso pretendido, livrando assim Mello Franco e José Bonifácio de Andrada e Silva, que também colaborou com a escrita do poema, da repressão oficial e das subseqüentes ações legais que tamanha afronta demandavam.⁴ Três anos depois, em 1787, outra obra anônima intitulada *Resposta ao filósofo solitário em abono da verdade por hum amigo dos homens* circulava em Lisboa. Pouco se sabe sobre esse livro. Os autores costumam atribuir, sem muita certeza, a sua escrita a Francisco de Mello Franco, fato que ainda merece a devida averiguação.⁵ Por fim, já em 1794 vinha a luz, com autorização da Real Mesa de Comissão Geral o livro, igualmente anônimo, *Medicina Theologica*. Alvo de uma investigação policial levada adiante pelo Intendente Geral de Polícia de Lisboa, Diogo Ignácio de Pina Manique, as repercussões sociais geradas pela publicação do livro incluem ainda a extinção da Real Mesa de Comissão Geral, sendo substituída por outro sistema de censura⁶ e a publicação, cinco anos depois, de um livro-resposta intitulado *Dissertações teológico-medicinais* pelo frade Francisco Manuel de Santa Anna.⁷

De qualquer forma, não é possível esquecer que a trajetória da personagem foi muito além da passagem pela Inquisição e da publicação de obras anônimas. Cumpre, portanto, considerar a trajetória do médico Francisco de Mello Franco. A intersecção dos dois campos de análise lança questões fundamentais, ainda que extremamente complexas, sobre o período histórico em questão. Membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, onde teve participação ativa junto à instituição vacínica, médico da Câmara real, acompanhante da Princesa Leopoldina ao Rio de Janeiro por ordem de D. João VI, foi ainda provedor dos defuntos e ausentes de Paracatu, ofício

que obteve através de uma graça régia, além de requerente ao Hábito da Ordem de Cristo em favor de seu filho. Do mesmo modo é fundamental destacar que a sua atividade literária não se encerrou nas obras anônimas, muito pelo contrário. Aos livros publicados de forma anônima somam-se as obras científicas, publicadas de forma legal e aberta: *Tratado da Educação Física dos meninos para uso da Nação Portuguesa* (1790), *Elementos de Higiene* (1814) e *Ensaio sobre as Febres* (1829).⁸

No fundo a trajetória da personagem é marcada, entre outros, por uma tensão entre a repressão oficial, direta e indireta, e a conquista de reputação e mercês. Desta percepção conjunta emergem vários problemas. Caso sejam analisados apenas os discursos publicados de forma anônima em paralelo com as repercussões e representações construídas sobre eles encontrar-se-á, no fim, uma personagem sediciosa que, no limite, poderia ser simpatizante, ou então, adepta dos princípios franceses. Contudo, ao ampliar o olhar para além das representações contemporâneas, e englobar os demais discursos produzidos por Mello Franco, assim como a sua trajetória, percebe-se que o processo era muito mais complexo. Sendo assim, dentro dos limites deste trabalho, pretendo apresentar a trajetória do médico luso-brasileiro Francisco de Mello Franco de modo a refletir sobre a tensão que a perpassa. Não é um mero desejo de reconstrução biográfica que move este trabalho, mas a preocupação de, a partir do estudo de um caso específico e das possibilidades históricas oferecidas pelo mesmo, refletir sobre o contexto de efervescência política e intelectual de Portugal ao final do Setecentos.

Idéias Libertinas

Em 1768 era criada, em Portugal, a Real Mesa Censória, substituindo assim o antigo sistema tríplice de censura (o Ordinário, a Inquisição e o Desembargo do Paço). A remodelação do aparato

censório, cujo cerne era a política regalista implementada no Reinado Josefino, implicou em uma transferência da censura, antes sob responsabilidade dos eclesiásticos, para as autoridades régias através da atuação do Desembargo do Paço.⁹ De qualquer forma, esse processo de secularização não significou o fim da proibição às obras consideradas perniciosas do ponto de vista religioso¹⁰: a preocupação régia em coibir a entrada de obras consideradas ofensivas à religião católica esteve presente não somente no Reinado Josefino como no Reinado Mariano. De modo que, se por um lado há de se considerar todo o processo de embate entre as autoridades régias e religiosas no âmbito do processo do regalismo, por outro a progressiva afirmação das primeiras sobre as últimas não significou a eliminação da religião enquanto elemento fundamental de estruturação da ordem política monárquica. Daí o caráter pernicioso atribuído a todos aqueles que, de alguma forma, atentavam contra os altares, abalando assim os fundamentos do Trono e da sociedade.

Das 17 regras estabelecidas, em 1768, para designar quais livros deveriam ser proibidos, uma destacava o caráter pernicioso dos livros tendentes à incredulidade, à impiedade ou à libertinagem, “pertendendo reduzir a Omnipotencia Divina, e os seus Misterios, e Prodigios á limitada esfera da comprehensão humana”¹¹. Nos anos seguintes outros editais enfatizariam o problema representado pelas idéias libertinas: o edital de 1770, no qual vários livros foram proibidos, ressaltava que muitos destes escritos, “abominaveis producções da incredulidade, e da libertinagem de homens temerarios, e soberbos”, atacavam os princípios sagrados da religião, invadiam os sólidos fundamentos do Trono e rompiam os vínculos com que mutuamente se sustentavam.¹² Cinco anos depois, outro edital destacava o perigo que representava os erros dos filósofos libertinos, os quais em função do espírito de irrelição, levariam à corrupção dos costumes.¹³ Em 1794, ao abolir a Real Comissão Geral como inútil, o governo de d. Maria I aludia a existência de uma temível

Revolução Literária e doutrinal que, tendo se voltado contra as opiniões estabelecidas, causaria a ruína da religião, dos impérios e das sociedades.¹⁴ Não convém esquecer que o cenário em que veio a luz o edital de 1794 era marcado por um acontecimento especial, responsável pela intensificação da repressão à circulação de determinadas idéias: a ocorrência da Revolução Francesa e, sobretudo, do Terror Jacobino, com a morte do Rei Luis XVI na guilhotina em 1793.¹⁵

Se, por um lado, Portugal não conheceu a intensa e radical movimentação intelectual vivida por locais como a França, onde floresceu uma literatura libertina que minou os valores ortodoxos do Antigo Regime¹⁶, nem por isso a circulação dessas idéias consideradas subversivas foi inexistente. O que, noutro plano, deu vida aos temores das autoridades régias lusas quanto as implicações práticas e funestas que o alastramento de tais ideais significaria para a estrutura social do reino. Preocupação esta presente, inclusive, em algumas obras que circularam em Portugal por volta do último quartel do século XVIII e início do XIX: em 1778 a obra *Dissertação sobre a alma racional* buscava defender a religião dos ataques sofridos pelos chamados *espíritos fortes, naturalistas, apóstolos da Incredulidade, libertino, perturbadores da tranquilidade pública*. Associando, inclusive, os incrédulos e os libertinos às necessidades das provas da razão e da experiência em contraponto a uma sociedade instruída com a verdade, para quem importava a autoridade das escrituras. Já em 1815 o *Glossario de Palavras*, publicado nas Memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa, definia os termos libertino/libertinagem como *licenciosidade com irrelição: homem devasso em costumes, com erradas opiniões religiosas*¹⁷ Também na América Portuguesa visualiza-se o emprego do termo libertino. Em 1790, um indivíduo é denunciado como sendo um homem libertino por um familiar do Santo Ofício por reduzir a importância das missas, das esmolos e da confissão.¹⁸

No final do século XVIII, o termo libertino assumiu, em Portugal, uma conotação política.¹⁹ Sendo assim, o libertino/libertinismo entendido, entre outros, como um movimento maior de crítica à religião, a partir dos novos referenciais filosóficos em voga pela Europa, significaria um perigo à manutenção da estabilidade do Trono. O termo, por sua vez, associava-se a outros, como: espíritos fortes, filósofos, materialistas, deístas e etc. Mas, em sua maioria, a partir da conotação maior da irreligiosidade e das implicações que essa postura de irreligiosidade traria sobre os costumes e sobre a ordem social maior. Como definiu Villalta, o libertino seria

*todo livre-pensador influenciado pelas novas idéias dos filósofos e enciclopedistas, que por suas leituras, ações e omissões, punha em xeque alguns dogmas cristãos, assumindo abertamente o deísmo ou o ateísmo, ou ridicularizando o ritual e a hierarquia eclesiástica.*²⁰

A trajetória de Mello Franco encontra-se, ainda que indiretamente, marcada por essa noção de libertinagem. Se não chegou a ser acusado publicamente de libertino – pelo menos não temos nenhum conhecimento a respeito –, em sua biblioteca não eram poucos os livros proibidos pelas autoridades régias em função de seu caráter pernicioso e prejudicial. De modo que os ditos filósofos libertinos estavam presentes em número considerável, tendo em vista os riscos que implicavam sua posse – um pouco menos de 40 autores, sendo que em alguns casos indicava-se a existência de obras completas, o que totalizava vários volumes como é o caso de Helvetius, possuindo 10 volumes. Além de sua passagem pela Inquisição em 1779, quando, em conjunto com outros estudantes, assumiu posturas heterodoxas em matérias de religião, há ainda a obra *Medicina Theologica* onde procurou defender a racionalização do sacramento da Penitência através do recurso a teorias médico-científicas existentes à época. Assim, a personagem, a partir de seus escritos, procurava criticar

não somente práticas supersticiosas e desregradas de muitos religiosos, vide, por exemplo, a sátira *Reino da Estupidez* onde o bispo luxuoso é pintado de forma pejorativa, como defender uma postura que, indo além da autoridade, buscasse através da indagação o conhecimento. Neste plano o exame da Natureza emergia ao primeiro plano, suplantando Deus e a revelação como fontes essenciais de conhecimento, ainda que sem negar a existência divina e a importância do cristianismo.

Submerso nessa preocupação em combater à difusão dos escritos filosóficos em Portugal encontra-se não somente os esforços de manutenção da ordem social do Antigo Regime, que para alguns parecia vacilar diante do contexto cada vez mais crítico pintado, sobretudo, pelo Terror Jacobino, mas o processo de construção de representações sobre o sedicioso, as quais englobariam libertinos, espíritos fortes, materialistas, deístas, maçons e, posteriormente, jacobinos. De qualquer forma, nos limites deste trabalho parece válido pensar o termo sedição, a partir da definição proposta por Darnton, a saber: como “um desvio que, mediante o texto e no texto, se instaurava com relação às ortodoxias do *Ancien Régime*”.²¹ Ou seja, o desvio em relação às ortodoxias do Antigo Regime que se visualiza na mensagem de alguns livros, transcendia o livro em si, uma vez que constituía modelos ou indícios de práticas alternativas. Sendo assim, o processo de ruptura com os paradigmas religiosos tradicionais, através da crítica de alguns milagres, atos, rituais e etc, parecia indicar não apenas padrões diferentes de percepção da realidade, mas, sobretudo, a proposição de modelos de ação alternativos, os quais, poderiam significar, dentro dos padrões consagrados pela tradição religiosa, uma licenciosidade de costume, ou seja, uma prática desviante. O que possuía implicações profundas numa ordem em que o monarca, tendo recebido o poder diretamente de Deus, se dizia responsável pela conservação da pureza do cristianismo, da qual dependia, para alguns, a manutenção da estabilidade do Trono e da sociedade.²²

Assim, a passagem de Mello Franco pela Inquisição e os problemas envolvidos em torno de suas obras anônimas devem ser entendidos a partir desses referenciais expostos acima. O próprio recurso utilizado pelo autor, ao publicar a obra de forma anônima, demonstra claramente que a personagem sabia que estava falando sobre algo que era melhor silenciar. Evidenciando não somente que tinha consciência da existência de limites formais à crítica dentro da sociedade portuguesa de sua época, mas que sabia extrapolá-los, a partir da utilização de certos mecanismos, como o segredo, por exemplo.

O médico Francisco de Mello Franco

A trajetória de Mello Franco não se encerra nas críticas a um pensamento religioso tradicional pautado na autoridade e acrítico ou no modo de vida desregrado e luxuoso de muitos religiosos, muito pelo contrário. Para além dessa dimensão, a sua trajetória é marcada por uma preocupação com o desenvolvimento da ciência, em particular da ciência médica, em Portugal, de modo a permitir a promoção do progresso do reino. A defesa do conhecimento racional e da experiência encontra-se no cerne deste propósito.

Era 1786 quando Mello Franco finalizou o curso de Medicina na Universidade de Coimbra. Os estudos ocorreram em uma Universidade de Coimbra já reformada, o que no âmbito dos estudos médicos trouxe algumas transformações: a exaltação do conhecimento prático em detrimento do estudo livresco do corpo, a importância da história natural, do conhecimento da física e da química para o estudo do corpo humano e etc. A reforma do ensino médico procurou valorizar o experimentalismo e os preceitos racionalistas, ressaltando a importância de uma "medicina empirico racional." Para isso novos referenciais foram introduzidos. Nomes como Harvey, Borelli, Boerhaave, entre outros, passaram a ser destacados, numa tentativa de inserir

a Universidade nos princípios da ciência médica moderna europeia.²³

A trajetória médica de Mello Franco é profundamente marcada por esses referenciais reformistas da Universidade de Coimbra. A defesa constante de uma prática médica pautada pela razão e pelo experimentalismo atravessa os seus escritos. O que pode ser visualizado, por exemplo, a partir dos livros *Tratado da Educação Física dos meninos para uso da Nação Portuguesa* (1790) e *Elementos de Higiene* (1814). Obras que, apesar de abordarem temáticas diferentes, eram marcadas pelo apreço ao pensamento racional e à observação, elementos característicos do método científico moderno, os quais não estavam de todo ausentes de seus escritos anônimos, pelo contrário. Seja a partir da crítica aos métodos vigentes na Universidade de Coimbra apresentada através da sátira *O Reino da Estupidez*²⁴, seja através da proposição de novos métodos na emenda dos pecados, ressaltados na obra *Medicina Theologica*, a motivação inicial, que levava à construção de ambas argumentações, parecia convergir para um mesmo ponto comum: o desejo de superação da superstição e de uma dimensão mais religiosa do conhecimento e a subsequente introdução e/ou afirmação, dentro de alguns limites, dos métodos científico-racionais, vigentes à época, em Portugal.

A sua trajetória, contudo, não é uma exceção, antes apresenta traços similares a de outros médicos contemporâneos. Antônio Gonçalves Gomide, médico luso-brasileiro formado pela Universidade de Edimburgo, e contemporâneo de Mello Franco, procurava defender as concepções científicas das doenças em detrimento de concepções mágico religiosas que as encaravam a partir de dimensões sobrenaturais. Numa postura similar aquela adotada por Mello Franco na obra *Medicina Theologica* que considerava os pecados da cólera, lascívia e bebedice como doenças do corpo, Gomide analisava o caso de uma beata no interior de Minas, para muitos considerada uma santa em

função dos êxtases apresentados, como fruto de uma doença física: sofria de catalepsia convulsiva²⁵. Em ambas as personagens a doença sai do âmbito do religioso para entrar no campo da ciência médica moderna, a qual seria pautada pela experiência e observação.

José Pinto de Azeredo (1766?- 1810) foi outro médico luso-brasileiro cuja correspondência com Mello Franco é notória. Formado em Medicina pela Universidade de Leiden, a sua atuação como médico em Portugal e seus domínios revelava o apreço por uma medicina baseada no conhecimento científico e na ciência experimental. Ressaltava-se, assim, a importância da experiência e da observação no exercício da prática médica.²⁶

Se por um lado a defesa da observação e da experiência atravessa a trajetória de alguns médicos luso-brasileiros da segunda metade do século XVIII, por outro as correspondências não param por aí. O arcabouço referencial, a partir do qual eles procuravam alicerçar as suas práticas médicas e análises, não diferiam muito de um caso para o outro. Os autores citados demonstram a familiaridade dessas personagens com os referenciais médicos em voga pela Europa, os quais pautavam-se justamente por uma preocupação racional e experimentalista: Harvey, Willis, Borelli, Boerhaave, Hoffman, Cullen, Tissot, Sydenham e etc.²⁷

A atuação de Mello Franco junto a Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 1779 por D. Maria I com o intuito de promover a ciência e utilidade pública em Portugal, da qual foi vice-secretário em 1816, é outro ponto fundamental em sua trajetória médica. Na Academia participou ativamente da Instituição Vacínica, criada em 1812, com o objetivo de difundir a vacina contra a varíola em Portugal²⁸. Atuação esta que acabou por lhe render uma menção crítica nos versos satíricos do poema *Os Burros*, anonimamente publicado por José Agostinho de Macedo.²⁹ Foi também sob o aval da Academia que imprimiu tanto o *Tratado de Educação Física* quanto *Elementos de*

Hygiene. Os dois trabalhos apresentam uma preocupação com o adiantamento do Reino: enquanto no primeiro Mello Franco ressalta a importância da educação física para a promoção das artes e das ciências no Reino³⁰, no segundo deixa transparecer uma preocupação com a conservação da saúde e prolongamento da vida³¹. Tendo sempre como protagonista principal a Natureza, as idéias médicas defendidas por Mello Franco apresentam-se não apenas como um projeto de valorização da vida terrena, mas como um fator crucial para o desenvolvimento do Estado e do progresso público. Afinal, como ele mesmo destacou “desde que houve algum systema de Medicina, os Médicos entrarão a dar certos dictames para a felicidade dos povos”³². Sendo assim, sua trajetória médica, para além das críticas de alguns contemporâneos, acabou por lhe render graças e mercês junto à Coroa Portuguesa: além de Provedor dos Defuntos e Ausentes da Vila de Paracatu e médico da Câmara real, fez o requerimento do hábito da Ordem de Cristo para o seu filho, em função de seus serviços prestados à Coroa Portuguesa.³³

Libertinagem e Promoção do progresso público

O libertino que, a partir de algumas leituras, refletia de forma heterodoxa sobre a religião, criticando dogmas tradicionalmente aceitos pelo catolicismo e o médico ilustrado que, a partir dos referenciais médico-científicos modernos, procurava promover o adiantamento e o progresso do reino, conviviam na figura de Francisco de Mello Franco. Se, por um lado, as implicações sociais contidas em sua passagem pela Inquisição e nas obras anônimas levam, talvez precipitadamente, a figura de um subversivo, por outro a sua atuação profissional e os demais escritos demonstram que a crítica à religião e a defesa dos princípios racionais não foram acompanhadas por nenhuma crítica à monarquia ou à ordenação social da sociedade, nem tampouco traduziu em uma adesão total aos princípios difundidos a partir da Revolução Francesa.

Cumpra, portanto, efetuar um atento exercício de contextualização que, prestando atenção às diversas linguagens em jogo em um mesmo contexto³⁴, seja capaz de perceber como ocorreu o relacionamento, sempre complexo, entre essas linguagens, as práticas e as representações sociais. A tarefa não é fácil, mas o seu exame possibilitará compreender não apenas a tensão social e as disputas de poder resultantes do encontro dessa diversidade de perspectivas, como o limite tênue, e por vezes intercambiável, entre as idéias proibidas e aquelas defendidas e aprovadas pela Coroa Portuguesa em seu desejo de promoção do progresso do Reino e seus domínios, lançando luz assim sobre o contexto de efervescência política e intelectual de Portugal ao final do Setecentos.

Notas e Referências

*Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense e mestranda pela mesma Universidade sob orientação de Guilherme Pereira das Neves.

¹ Luiz Carlos Villalta. "Dos usos em geral à inventividade e à Heresia." In: *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1999.

² Idem; Agradeço à sra. Odete Martins que, através de email, enviou os dados descritos sobre Mello Franco no Auto de 26 de Agosto de 1779 sob a seguinte notação: Torre do Tombo, Inquisição de Coimbra, liv. 433, fl. 417, microfilme 7460.

³ Afonso Arinos de Melo Franco. *Um Estadista da República*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955; Alberto Dines. "A Inquisição como farsa." In: Francisco de Melo Franco. *Medicina Teológica*. São Paulo: Editora Giordano, 1994, p. XXXIII.

⁴ Inocêncio Francisco da Silva. "Francisco de Mello Franco." In: *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859-1860, pp. 10-1

⁵ Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1893-1902, pp. 44-7.

⁶ Luiz Carlos Villalta. Op. Cit.

⁷ Manuel de Santa Anna. *Dissertações theologicas medicinaes*. Lisboa: Regia officina typografica, 1799.

⁸ Inocêncio Francisco da Silva. Op. Cit.

⁹ Kenneth Maxwell. "Reforma." In: *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; Luiz Carlos Villalta. Op. Cit.; Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra, 1963.

¹⁰ Kenneth Maxwell. Op. Cit., p. 108; Maria Adelaide Salvador Marques. Op. Cit., p. 8.

¹¹ Alvará de 18 de Maio de 1768. In: www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt Capturado em 19/01/08.

¹² Edital de 24 de Setembro de 1770. In: www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt Capturado em 19/01/08.

¹³ Edital de 5 de Dezembro de 1775. Proibindo e condenando um livro intitulado *Le vrais sens du Systeme de la Nature*. In: www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt, Capturado em 19/01/08

¹⁴ Lei de 17 de Dezembro de 1794. In: www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt, Capturado em 19/01/08

¹⁵ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. "Portugal e as Invasões Francesas". In: *Napoleão Bonaparte: Imaginário e Política em Portugal (1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 71-4.

¹⁶ Robert Darnton. *Os best-sellers proibidos da França Revolucionária*. São Paulo: Companhia as Letras, 1998, p. 12

¹⁷ Francisco de S. Luiz. "Glossário das Palavras e Frases da Língua Franjeza". In: *História e Memórias da Academia das Sciencias de Lisboa*. Tomo IV, parte II, 1816, p. 84

¹⁸ David Higgs. "Linguagem perigosa e a defesa da religião no Brasil na segunda metade do século XVIII." In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura portuguesa na terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 158.

¹⁹ Luiz Carlos Villalta. Libertinagens e livros libertinos no mundo brasileiro (1740-1802). Material inédito, gentilmente cedido pelo autor.

²⁰ Idem, pp. 1-2.

²¹ Robert Darnton. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p. 21.

²² Edital de 24 de Setembro de 1770, Op. Cit.; Edital de 5 de Dezembro de 1775, Op. Cit.; Lei de 17 de Dezembro de 1794, Op. Cit.

²³ Jean Luis Neves Abreu. "A educação física e moral dos corpos: Francisco de Mello Franco e a medicina luso-brasileira em finais do século XVIII". *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, V. XXXII, n. 2, pp. 65-84, dez. 2006.

²⁴ Francisco de Melo Franco. *O Reino da Estupidez*. São Paulo: Editora Giordano, 1995.

²⁵ Simone Santos de Almeida Silva. *Iluminismo e ciência luso-brasileira: uma semiologia das doenças nervosas no período joanino*. Dossie doutorado.

Orientadora: Cristiana Facchetti. Co-orientadora: Lorelai Kury. Rio de Janeiro: FioCruz, 2009.

²⁶M. S. Pinto; M. G. Cechini; I. M. Malaquias; L. M. Moreira-Nordemann; J. R. Pita. O médico brasileiro José Pijnto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, V. 12, n.3, p. 617-73, set-dez. 2005.

²⁷ Roy Porter & Georges Vigarello. "Corpo, Saúde e Doenças". In: VIGARELLO, G. (dir.). *História do Corpo*. Da Renascença às Luzes. Editora Vozes: Petrópolis, 2008.

²⁸ *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Na typografia da mesma Academia. 1815-1819

²⁹ José Agostinho de Macedo. Os Burros. In: *Satyricos Portugueses*. Collecção selecta de poemas herói-comico-satyricos; illustrada com notas. Em casa de J. P. Aillaud na Officina Typografia de Casimir.

³⁰ Francisco de Mello Franco. *Tratado de educação fysica dos meninos para uso da nação Portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1790.

³¹ Francisco de Mello Franco. *Elementos de hygiene ou Dictames theoreticos, e practicos para conservar a saúde e prolongar a vida*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1814.

³² Idem, p. X.

³³ Requerimento encaminhando ao Ministério do Império. BNRJ, Divisão de Manuscritos, C-0036,01; Francisco de Melo Franco. ANRJ, Graças Honoríficas.

³⁴J.G.A. Pocock. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Práticas Políticas e Sociabilidade Intelectual na Bahia: 1940-1950

Vanessa Magalhães da Silva*

Práticas políticas e intelectuais

A atuação intelectual não pode ser dissociada da atuação política. Para compreender a ação política de determinados grupos é necessário, também, observar sua atividade intelectual, e vice-versa. As diversas gerações de intelectuais geralmente estiveram à frente das grandes mudanças políticas do Brasil.¹ Nosso trabalho se baseia em uma proposta de abordar as atividades intelectuais enquanto atitudes políticas. Se um sistema político-econômico e social cria camadas de intelectuais que o legitimem, como foi o caso do Estado Novo – e não só dele –, há que se considerar também que a estrutura em vigor anteriormente deixa intelectuais depositários e defensores de suas prerrogativas.²

As décadas de 20, 30 e 40 do século XX foram marcadas pelo surgimento de estabelecimentos de ensino superior com o nome de universidade³, pois existiam, anteriormente, apenas faculdades isoladas. Segundo Lucia Lippi Oliveira, "o discurso ideológico dos anos 30 apresenta um nível de organização específica, extraíndo seu êxito da coerência simbólica, passível de transformar-se em um projeto político."⁴

O investimento na educação – e na cultura de forma geral – buscava modelar um novo padrão de identidade nacional, que trazia em seus rastros os anseios de fortalecer o Estado nacional.⁵ Segundo Dulce Pandolfi, essa proposta reuniu um número considerável de intelectuais em torno do projeto de elaboração de um novo ideal de nação.⁶ Um exemplo do olhar voltado para